



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HEL CIM DANAMON FERNANDO FERNANDES

**A POLÍTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-
BISSAU: UM ESTUDO SOBRE O INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE
DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

HEL CIM DANAMON FERNANDO FERNANDES

**A POLÍTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-
BISSAU: UM ESTUDO SOBRE O INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE
DAS ÁREAS PROTEGIDAS (IBAP)**

Trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro-UNILAB

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	BIODIVERSIDADE E A CRIAÇÃO DO IBAP NA GUINÉ-BISSAU	5
1.2	AÇÕES DO IBAP EM COLABORAÇÃO COM ALGUNS PARCEIROS	7
2	PROBLEMA DE PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	9
3.1	GERAL	9
3.2	ESPECÍFICOS	9
4	HIPÓTESE	9
5	JUSTIFICATIVA	10
6	REFERENCIAL TEÓRICO	11
6.1	REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL	11
6.2	DESMATAMENTO NA GUINÉ-BISSAU	13
6.3	POLÍTICAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU	14
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
7.1	MÉTODOS DE PESQUISA	17
7.2	DESCRIÇÕES DA PESQUISA	18
8	CRONOGRAMA 2019-2020	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau situa-se privilegiadamente numa área geográfica favorável aos estudos das questões ambientais, numa região litorânea da África Ocidental, comportado num espaço geográfico de 36.125km² rico em recursos naturais e da biodiversidade. Possui um sistema de clima tropical e divide a fronteira com o Senegal ao norte, com a Guiné-Conacri ao sul e a leste, com Oceano Atlântico. É um país localizado numa região costeira e constituído por algumas áreas insulares com pouco mais de 80 ilhas e ilhotas e uma população estimada em mais de 1.600 milhão habitantes. Sendo assim, possui tanto áreas mais litorâneas quanto com florestas, possuindo uma biodiversidade múltipla.

O debate sobre meio ambiente vem sendo bastante discutido na teoria social e na política internacional, e se revela controverso. A questão tem sido tema de debates em vários fóruns internacionais, gerando preocupação tanto para os Estados Nacionais, como para organismos internacionais e ONGs ligados ao meio ambiente que se mobilizam para lidar com a causa. Na análise que ora nos ocupa, este estudo irá focar no desenrolar do contexto ambiental na Guiné-Bissau como foco na criação e adaptação do IBAP, levando em conta o contexto político interno e internacional.

Diante do exposto, este trabalho deverá trazer uma descrição sobre a política ambiental na Guiné-Bissau, focando em diversas instituições que trabalham com essa temática, ou seja, um estudo sobre as organizações que influenciaram na construção da política ambiental e desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau. Esta pesquisa terá um estudo geral sobre o ambiente governamental e as outras organizações que fazem parte da proteção do meio ambiente, entendendo como um dos problemas mais preocupantes atualmente não só na Guiné Bissau, mas sim em todo mundo. Na Guiné-Bissau, assim como em diversos países do mundo, o Estado é o responsável para formulação e implementação de políticas de proteção ao meio ambiente, assim foi com a criação em 2004 do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, conhecido como IBAP.

1.1 BIODIVERSIDADE E A CRIAÇÃO DO IBAP NA GUINÉ-BISSAU

A questão ambiental tem merecido atenção social e política na Guiné-Bissau nos últimos anos. Segundo Relatório Nacional (SECRETARIA, 2012), constata-se uma pressão sobre as florestas devido a exploração dos diversos recursos naturais de forma abusiva e clandestina como as madeiras, exploração das lenhas para a fumaça dos peixes, a

desmatamento para a orizicultura, a pescagem intencional e incidental das espécies ameaçadas tais como os tubarões e arraias foram vistas como a consequência de equilíbrio nos ecossistemas marinhos. São situações que levou o governo guineense em 1997, com o apoio do *Global Environment Facility*¹ – GEF em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elaborar a Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Diversidade Biológica (ENPANDB-GB), cujo adoção oficial veio a ocorrer apenas em 2004. Nesse contexto, incluiu-se o Plano Nacional de Gestão e Ambiental (PNGA), e, com base na implementação desses instrumentos, foi criado o Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP) que visa reforçar gestão de rede de apoio das Áreas Protegidas e ficou responsável pelas espécies ameaçadas e parques (SECRETARIA, 2012).

O IBAP, instituto responsável pela proteção e gerenciamento da biodiversidade e outras políticas ambientais no país, tem como objetivo a promoção, a salvaguarda dos ecossistemas, o apoio e a criação das gestões das áreas protegidas e a utilização racional e equitativa dos recursos naturais para a preservação do ambiente guineense. Funciona a partir de uma política descentralizada, criando rede de colaboradores distribuídos em sede na capital Bissau e nas oito áreas protegidas a nível nacional, os quais são: Complexo Dulombi, Boé e Tchetché (DBT), Parque Nacional de Cantanhez (PNC), Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (PNMJVP), Parque Nacional das Ilhas de Orango (PNO), Parque Natural dos Mangais (“Tarrafes”) de Cacheu (PNTC), Reserva de Biosfera do Arquipélagos Bolama Bijagós (RBABB) e Zonagem do complexo da formosa (UROK). Todas as áreas de proteção servem como as áreas da intervenção conforme as leis e a política desse instituto, mas cada uma delas protege a espécie que se encontra na área onde se localiza².

O campo de ação desse instituto espalha-se por todos os domínios das atividades do setor da biodiversidade e das Áreas Protegidas (AP), que vão das reservas naturais ou aquelas constituídas, florestas classificadas e os parques. Suas políticas incluem ações colaborativas com os populares residentes nas áreas próximas ao seu campo de atuação, como forma de garantir uma atuação eficaz e integrada para a conservação da biodiversidade e apoio ao desenvolvimento sustentável. Atualmente as Áreas Protegidas na Guiné-Bissau cobrem cerca de 15% do território nacional.

¹ O Global Environment Facility (GEF), em português Fundo Global para o Meio Ambiente, é um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo.

² Disponível em: <https://ibapgbissau.org/> acessado em: 13 mai. 2019.

1.2 AÇÕES DO IBAP EM COLABORAÇÃO COM ALGUNS PARCEIROS

O instituto estabeleceu diversas parcerias desde a sua criação para atuar nas várias áreas ambientais. A implementação do Projeto de Apoio a Consolidação do Sistema Nacional das Áreas Protegidas na Faixa Florestal Sudoeste da Guiné-Bissau, incentivado e financiado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) teve como objetivo criar três corredores de grande fauna e dois parques terrestres. A criação das áreas foi possibilitada por atividades de capacitação de quadros do instituto nas diversas áreas de conservação, as exposições sobre biodiversidade, áreas protegidas e segurança alimentar e da cultura dos Bijagós (SECRETARIA, 2012)

Foi criada em março de 2011 a Fundação BioGuiné, uma fundação apartidária sem fins lucrativos que auxilia nos mecanismos de financiamento sustentável e nas ações de conservação de natureza. Também criou-se a Estratégia para as Áreas Protegidas com direito a um banco de dados sobre as espécies animais e vegetais da Guiné-Bissau e outros livros editados, foi valorizada e elevada ao mais alto nível as Áreas Protegidas no caso do Parque João Vieira e Poilão e o Arquipélago dos Bijagós distinguido a reserva da biosfera pela UNESCO, Projeto de Apoio à Pesca Artesanal Sustentável no Rio Grande de Buba e por fim, foram assinadas e ratificadas convenções e acordos em diversas matérias que visam a proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável (SECRETARIA, 2012).

Ficou evidente que o instituto, para lidar com a questão de biodiversidade não atua sozinho, estabelece cooperações nas suas diversas formas, ora com parceiros nacionais, outrora, em colaborações com atores internacionais.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A Guiné-Bissau é um país rico em patrimônio natural, com valores de biodiversidade de relevância mundial, segundo o Boletim n° 27 Abril de 2014 (ONG GAECA, 2012) publicado por ONG Palmeirinha no quadro do projeto de apoio a Educação e Comunicação Ambiental. O território guineense acolhe uma das maiores concentrações de aves aquáticas migradoras de todo o planeta, um grande número de hipopótamo e os mares recheados de variadíssimas populações de manatins-africanos, golfinhos e peixes.

É verdade que o panorama acima apresentado nos ilustra a riqueza do país do ponto de vista da biodiversidade, Contudo, é também certo que, em termos populacionais, o território

guineense concentra cerca de 1.600.000 habitantes, na qual a zona costeira alberga 80% da população que vive dependendo de forma direta ou indiretamente dos recursos naturais supramencionados. Vale dizer que, essa população gera uma grande quantidade de lixo, podendo ser de origem orgânico, ou se quisermos biodegradável (resto de alimentos vegetais e animais, pau de árvore e restos sanitários) e não orgânico ou não biodegradável, mas em todo caso recicláveis (vidro, papel, metal, pilhas).

Destarte, em vários países do mundo, nota-se e cada vez mais a proliferação de mau tratamento de lixo, que degrada de alguma maneira o meio ambiente e da exploração desenfreada dos recursos terrestres e marinhos não só pela população, mas principalmente por empresas. Essas e outras razões são vistas e tidas como os principais fatores que prejudicam a biodiversidade e provocam riscos para espécies animais e vegetais.

Ainda, segundo o boletim publicado por ONG Palmeirinha (ONG GAECA, 2012), a quantidade de lixo gerada na Guiné-Bissau preocupa, pois polui o ar, o solo, as águas superficiais e subterrâneas, provoca mau cheiro e, conseqüentemente, a proliferação de doenças. Como consta no boletim, diferentes espécies de tartarugas marinhas se encontram regularmente nas praias do Arquipélagos dos Bijagós e nas florestas e, principalmente, nas savanas arborizadas do sul do país notam-se a presença de várias espécies de grandes mamíferos (primatas, leão, búfalo, elefantes e muitas outras).

Assim sendo, este trabalho é movido pelas seguintes questões de pesquisa:

Como o Estado e o IBAP tem atuado na problemática do meio ambiente e desenvolvimento sustentável?

Quais são as políticas ambientais desenvolvidas na Guiné-Bissau?

Será que o Estado guineense tem tomado medidas cabíveis perante crescente onda de degradação do meio ambiente?

Como os organismos internacionais e ONGs ligados a temática de meio ambiente tem atuado na Guiné-Bissau?

Qual é o papel das empresas na preservação ambiental?

As perguntas levantadas nortearão esta pesquisa e ao longo do nosso estudo vamos tentar respondê-las.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender a atuação do Estado guineense na problemática do meio ambiente com foco no IBAP.

3.2 ESPECÍFICOS

Analisar atuação dos organismos internacionais, empresas e ONGs ligados a temática do meio ambiente.

Estudar atuação do Estado e dos países parceiros no processo de desmatamento na Guiné-Bissau.

4 HIPÓTESE

Partimos de pressuposto de que o Estado e o IBAP têm desenvolvido políticas de proteção ao meio ambiente, contudo, não conseguem impedir a degradação do mesmo devido a debilidade do Estado. Acredita-se que a crescente poluição impacta a biodiversidade marinha e terrestre, contribuindo para desaparecimento de diferentes espécies e consequentemente a proliferação de doenças.

Pressupomos que o processo de desmatamento que assolou o país foi principalmente o resultado de uma crise política e econômica na Guiné-Bissau durante o governo de transição e também de uma agressiva presença dos parceiros internacionais que construíram algumas infraestruturas a troca devastaram as florestas guineense, foi assim com a China. Compreende-se que as atuações do IBAP na Guiné-Bissau alinham-se com as ideias defendidas pela Comissão de Brundtland sobretudo no que concerne ao uso das terras, sustentabilidade e outras questões sociais ligadas aos recursos naturais e a biosfera.

5 JUSTIFICATIVA

Em 2014 ingressei na Universidade Lusófona da Guiné-Bissau no curso de Ciências de Mar e do Ambiente. Discute-se na Universidade e na sociedade guineense como um todo a importância do meio ambiente na nossa vida cotidiana e como ele tem estado a sofrer degradação pela própria humanidade. Por isso, depois de dois anos estudando nesse curso comecei a ter interesse em questões de proteção de meio ambiente não só por ser uma das temáticas abordadas no curso, mas, sobretudo, por entender que o seu estudo é de suma importância para o destino da humanidade. Meu interesse pelo presente tema cinge também no facto de a Guiné-Bissau ser um país rico em termos de património natural e com valores da biodiversidade de relevância mundial.

Deste modo, em 2018, ingressei no curso de humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Tendo chegado no final do curso, escolhi para o tema do meu TCC nada menos que políticas ambientais na Guiné-Bissau não só por razões acima expostas, mas para poder entender como o país tem atuado numa das agendas cruciais para a sociedade mundial, o meio ambiente e as suas controvérsias.

Sendo apreciadora das questões ambientais, isso tem me chamado atenção no sentido de fazer um estudo que possa evidenciar outros caminhos que alicerçam a progressão devida desta política. Nos últimos anos o país tem sofrido muito com desmatamento florestal intensamente de uma forma inadequada em algumas regiões. O Relatório publicado pelo jornal As Vozes do Mundo (HENRIQUE, 2017) identifica Oio no norte e Bafatá no leste do país como sendo neste momento as zonas mais afetadas pelo corte de madeira. Mesmo assim o país, continua rico em termos de recursos naturais, pois não sofreu ainda muito exploração em algumas regiões ou melhor no seu todo.

Eu gosto de preservar o meio ambiente não só para o meu benefício, mas, sobretudo, por acreditar que o mesmo pode servir para a geração vindoura. Destarte, importa para Guiné-Bissau, assim como para os países vizinho, porém o problema ambiental ultrapassa fronteiras nacionais. O Saara pode ser um exemplo que ilustra isso, enquanto o deserto mais quente de planeta está a chegar cada vez mais próximo e ameaçando os países da África Ocidental na qual a Guiné-Bissau faz parte. Vale dizer que esta é uma das razões que me motivou a escolher este tema para o meu trabalho de conclusão de curso.

Por outro lado, o problema ambiental na Guiné Bissau, especificamente de corte de madeira, está contribuindo na devastação do meio ambiente, motiva um controverso debate na sociedade guineense gerando preocupação tanto para a sociedade civil, como para o IBAP, e

outros organismos internacionais. Pode-se afirmar que, atualmente, o corte da madeira e a degradação do meio ambiente tem acarretado o desaparecimento dos animais e condicionam a seca nas bolanhas, lagos e, por fim, empobrecem o solo que serve para atividades agrícolas e outras atividades de extrema importância para cidadãos naquele país. Desde já que a maior parte da população guineense, se beneficiam de agricultura na sua maioria, dependem da chuva, e da fertilidade do solo.

Perante o exposto, e para além da relevância pessoal já apresentada, o trabalho revela relevâncias dos níveis académico e social. O primeiro pelo simples motivo de o estudo em questão nos parece pouco desenvolvidos, pelo menos na perspectiva que pretendemos desenvolvê-lo. Nessa ótica, acredita-se que a pesquisa pode oferecer suporte teórico para os trabalhos que futuramente possam ser desenvolvidos acerca da temática. A sua relevância social pode ser enquadrada na medida em que a mesma, pode servir de material de apoio para o Estado, ONGs e organismos internacionais, deste modo suscitar debates enriquecedores sobre o meio ambiente, o que a priori pode viabilizar melhores tratamentos do mesmo.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental tem sido uma das maiores preocupações políticas e sociais a nível mundial nos últimos tempo. Diversas opiniões suscitaram um envolvimento político-social quer para analisar assim como para buscar uma possível solução no sentido de evitar prováveis catástrofes que o mundo possa vir a enfrentar por razões ambientais e climáticas. É neste sentido que os técnicos, pesquisadores, especialistas e cientistas tem dado diversas contribuições académicas para alertar sobre os riscos introduzidos na sociedade através das decisões políticas e económicas, “mostrando os problemas postos pelas substancias tóxicas no meio ambiente a partir de poluição doméstica e da poluição industrial [...]” (RIBEIRO; BURIOL, s/d, p. 1). O homem e a natureza viveram em constante contato, facto que levou as partes à certas trocas favoráveis e, por vezes, desconfortáveis. Tal relação levou o homem a ser visto como parte da natureza e ao mesmo tempo como parte exterior a ela, em especial quando considera-se o domínio sobre a natureza ou a apropriação dos recurso naturais que esta possui (RODRIGUES; SOUZA, 2012).

O crescimento populacional indicam ciclos dos problemas ao meio ambiente, segundo Fernadez (2005). A multiplicação dos problemas ambientais estão conectadas ao crescimento populacional, em especial a forma de consumo da população, que acaba gerando diversos problemas como poluição, desmatamento, resíduos tóxicos e outras atividades ambientais predatórias (FERNADEZ, 2005 apud RODRIGUES; SOUZA, 2012, p. 6). Dito isto, não se pode negar o fato de que os problemas que o meio ambiente enfrenta hoje são resultados da relação com as populações. Estes problemas tem suas raízes ligadas ao sistema capitalista, considerando que o problema ambiental tornou-se um dos problemas mais críticos para a humanidade, pois recai sobre as condições da sobrevivência, da vida, das relações entre grupos sociais e a própria sociedade.

De ponto de vista capitalista, a relação entre o homem e o ambiente passa pelo domínio e a exploração dos recursos e a utilização das produções. As relações sociais, econômicas e políticas são utilizadas como ferramentas para sustentar essa ligação. O capitalismo veste-se do desenvolvimento e progresso como forma de potencializar o emprego na sociedade, os meios mais eficientes dessa estratégia foram postos no avanço técnico e científico que leva o homem a estabelecer uma “aliança” com o meio ambiente. O desenvolvimento tem transformado o meio ambiente em mercadoria, porque a medida que o capitalismo cresce através do desenvolvimento, a dependência por recursos naturais tendem aumentar para responder os desafios contemporâneos.

A “política do meio ambiente de muitos países pobres vem do Banco Mundial e outras instituições multilaterais. Estas instituições estimulam a participação de organizações não-governamentais, pois alegam que estes países não dispõem de recursos para cuidar do desenvolvimento e do meio ambiente” (RODRIGUES & SOUZA, 2012, p. 5).

A relação do homem com ambiente tornou-se egoísta principalmente a partir do momento que o capitalismo passou a fazer parte dela. Em contraste ao uso predatório, iniciou-se as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, que abrangia três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; prevenção de desperdícios; e uso dos recursos naturais para benefício dos cidadãos.

Além disso, coloca-se “a mercantilização da natureza sob a nova geopolítica econômico-ecológica aprofunda as diferenças entre países ricos e pobres sob os princípios do desenvolvimento sustentável”. (GONÇALVES, 2004, *apud* RODRIGUES; SOUZA, 2012, p. 5). Isto quer dizer que existe uma distinção geográfica relevante quando se trata da questão ambiental e, cabe salientar que a Guiné-Bissau pertence ao sul Global nessa relação. As

questões ambientais para os países do Sul Global ganharam atenção inicial a partir da Conferência do Estocolmo. Dessa reunião planejou-se as preparações ocorridas na Conferência de Founex, na Suíça em 1971, onde passou a ser inserida a discussão ambiental do Sul Global. A partir daí, “realizam-se nos anos seguintes outras importantes conferências: a Eco-92, no Rio de Janeiro, a Cúpula de Johannesburgo e, mais recentemente, a Rio +20, que serão responsáveis por consolidar o debate sobre meio ambiente” (PEREIRA & DONATO, 2014).

6.2 DESMATAMENTO NA GUINÉ-BISSAU

Na última década, principalmente de 2012 até os dias atuais, a Guiné-Bissau tem sido alvo de uma crescente exploração dos recursos naturais, concretamente de corte abusivo das madeiras nas suas matas. O ano de 2012 ganhou destaque por ser um período no qual ocorreu golpe de Estado e se verificou um crescente corte de madeira no país. A rádio DW África publicou que o desmatamento cresceu drasticamente na Guiné-Bissau após o golpe militar de 2012, a reportagem confirma que em 2010, saíram 15 contentores de madeira do porto de Bissau e o número foi aumentando dos anos, até chegar, em 2013, a 409 um aumento de quase 30 vezes dentro de três anos (PESSÔA, 2014).

Pode-se afirmar que a crescente devastação do meio ambiente que o país enfrenta sobretudo no período supramencionado foi resultado de dois fatores das quais sejam □ Interno e Externo, ainda que um consegue influenciar o outro.

Sobre o fator interno, salienta-se que o Estado guineense enfrentou, desde a sua formação até os dias atuais, cíclicas crises internas, resultando em um país débil, instituições estatais precária. Existe uma notada ausência do Estado no controle da coisa pública, neste caso dos recursos naturais. Isto se soma também a uma elite política e econômica com mentalidade colonial, que busca a todo custo manter o status quo, mesmo se isto significar vender o bem comum para responder as aspirações individuais ou de grupos, (Barros, 2019). Durante o período acima exposto, esse foi o cenário que marcou o país, políticos e empresários se envolveram no corte e venda de madeiras às empresas ou até mesmo aos empresários estrangeiros, ora da China, outrora, da Índia e dos demais países (Barros, 2019).

No entanto, a verdade é que desflorestaram a Guiné-Bissau de uma forma drástica, sendo assim um marco histórico que ficou no pensamento social dos bissau-guineense.

Como fator externo, nos últimos anos os países africanos, dentre eles a Guiné-Bissau, foram marcados por uma presença agressiva da China, Índia, União Europeia e demais

parceiros internacionais numa estratégia que visa estabelecer cooperações nas suas diversas formas. A busca de recursos naturais em abundância na Guiné-Bissau constituiu uma das prioridades da presença desses parceiros internacionais no território guineense. A parceira no domínio florestal e de pesca são exemplos ilustrativos dessa estratégia, Barros (2019) parte dessa perspectiva, quando enfatiza que a China está a alienar os governantes e o presidente em doações e construção de infraestrutura precária, a troca de devastação de recursos florestais e pesqueiros.

O grande problema dos países africanos é que estes em sua ampla maioria vivem dos seus recursos naturais, não conseguem diversificar a produção, sendo a Guiné-Bissau um bom exemplo disso. Assim, comenta Barros (2019), esses países são dependentes dos parceiros externos, pois não possuem indústrias locais, não conseguem transformar os seus produtos pelo menos em grande escala. Para isso, recorrem, a intermediação da força estrangeira, como a China na exploração de madeira, União Europeia na pesca, Rússia na exploração mineral, Índia na exploração de caju.

Há, assim, a influência de comércio internacional no processo de desmatamento na Guiné-Bissau, o Estado é institucionalmente fraco e vulnerável a influência dos parceiros internacionais, que procuram também o benefício nas suas cooperações e buscam aumentar os ganhos.

6.3 POLÍTICAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU

É prerrogativa do Estado Guineense explorar os seus recursos naturais de acordo com a sua política ambiental e do desenvolvimento, de igual modo, o país assume perante as convenções internacionais, a constituição e demais leis da república, não causar danos ao ambiente tanto no seu território, assim como nas áreas fora do seu território nacional (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Neste âmbito a Assembleia Nacional Popular (ANP), decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 85.º da Constituição, o seguinte: Lei de Bases do Ambiente que busca estabelecer as bases da política e ações sobre o ambiente na República da Guiné-Bissau.

A Lei de Bases do Ambiente da Guiné-Bissau no seu artigo 4º estabelece o seguinte princípio:

Todos os indivíduos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente favorável e de igual modo, todos têm o dever de o defender, cabendo ao Estado, por meio de setor próprio

e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. A política do ambiente busca por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, de forma qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento durável (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Em qualquer das formas a Lei de Base demonstra a preocupação relativamente ao desenvolvimento sustentável, enaltecendo a imperiosa necessidade de todas as pessoas viverem sob uma ótima condição ambiental, sendo o Estado o principal responsável de criar condições que favorecem a utilização dos recursos naturais, sem se afastar da ideia de desenvolvimento sustentável.

O debate sobre o desenvolvimento Sustentável torna-se cada vez mais frequente nos discursos políticos. No entanto, é possível afirmar que a prática em relação a proteção ao meio ambiente tem sido diferente. (BARBOSA, 2008), reforça a ideia ao dizer que: “O termo sustentabilidade está presente somente nos discursos políticos, mas não permeia as ações governamentais”.

Por um lado, Barbosa (2008), nos desafia a refletir o desenvolvimento sustentável como uma das âncoras mais importantes dos estudos ambientais. Razão pelo qual foi visto como um elemento *sine qua non* para valorizar as políticas ambientais no século XX quando o mundo começou a se preocupar com as ameaças que estavam a afetar o meio ambiente. Os estudos da Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas no século referido cunharam o surgimento do termo “desenvolvimento sustentável” na área ambiental como forma de auxiliar em encontrar uma resposta para a humanidade no que diz respeito a crise socio ambiental na segunda metade do século XX (Barbosa, 2008).

A ideia do desenvolvimento sustentável passou por fases diferentes, até chegarmos na perspectiva atual. As abordagens construtivistas nas perspectivas de Friedrich Von Kratochwil e Thomas Risse Kappen citados por Messari (2005), nos ajuda a pensar essas fases. O conceito de desenvolvimento sustentável passou por várias modificações ao longo dos tempos, quer dizer que apresenta aparências de acordo com o contexto e o desafio que o mundo enfrenta. Os construtivistas defendem que mundo é susceptível às mudanças, quer dizer, que não é predeterminado, porém, construído à medida que os atores agem. Para eles o mundo é uma construção social. A partir de concepção construtivista e tendo como base a ideia do desenvolvimento, percebe-se que a partir de modernidade quando o homem começa a questionar a forma como a igreja explicava o mundo, o homem começou passar a acumular bens. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável como a conhecemos hoje tem procedência no eco desenvolvimento, conceito este que trouxe algumas premissas que

questionavam a ideia do desenvolvimento como era pensado na sociedade industrial. Como modo de produção capitalista, quando se produz mais, cada vez mais, o ambiente começa a gerar preocupação, nos 60 tornou problemática do meio ambiente uma das suas agendas, promovendo conferências, a partir da qual se intensifica o questionamento sobre o desenvolvimento. Destas conferências, surgiu-o relatório Brundtland (1987), da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o qual define o Desenvolvimento Sustentável como aquele que precisa atender às necessidades de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor sem colocar em causa as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias. Este relatório ficou pronto no ano de 1987, permitindo assim, que o conceito de desenvolvimento sustentável se tornasse público.

A abordagem dos construtivistas é interessante quando enfatiza que vivemos em um mundo que nós construímos não no que nos é imposto e que não podemos modificar. Segundo eles, podemos mudá-lo, transformá-lo embora possa existir certos limites. A análise construtivista é interessante ao enfatizar a evolução histórica do conceito desenvolvimento sustentável.

O relatório da CMMAD, reconhecida também com nome da Comissão de Brundtland, preparado para a Conferência das Nações Unidas – chamada do “Rio 92” elaborou um relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, baseado num trabalho da pesquisa que durou três anos. Durante esse tempo, os responsáveis analisaram questões sociais no tocante a uso da terra, a própria ocupação da terra, abrigos, suprimento da água e questões sanitárias. O conceito do desenvolvimento sustentável que surgiu em 1987 ganhou igualmente destaque durante a Conferência Rio 92, na Agenda 21 dos documentos daquela conferência e, anexada as outras agendas mundiais sobre o desenvolvimento e direitos humanos.

O relatório produzido durante a Conferência de Brundtland alertou o mundo sobre a necessidade de uma nova forma de desenvolvimento econômico, sem necessariamente afetar a redução dos recursos naturais ou danos ao meio ambiente. Segundo Barbosa (2008), o relatório de Brundtland aponta três princípios básicos que também dialogam com as políticas que permeiam as atividades desenvolvidas pelo IBAP como **Desenvolvimento Econômico**, **Proteção Ambiental** e **Equidade Social**. Embora alguns autores, como José Eli da Veiga entendem que o desenvolvimento sustentável é uma utopia para século XXI, o mesmo considera sustentabilidade um enigma a ser compreendido razão pela qual propõe um novo paradigma científico que deve-se mudar (VEIGA, 2005 *apud* BARBOSA, 2008, p. 4).

Vale ressaltar que a crítica em torno da ideia do desenvolvimento permitiu avanços no que concerne a questão do tratamento do meio ambiente no sistema internacional, de igual modo o relatório Brundtland trouxe serias de limitações a ideia do desenvolvimento quando ilustra que seria o desenvolvimento aquele que consegue responder a demanda de todos, correspondendo a oportunidade de uma vida melhor para todos, sem com isso impossibilitar as gerações vindouras de realizarem os seus anseios de vida.

A teoria crítica nega que a realidade social seja imutável, e aponta que a natureza não governa, mas que tudo é resultado da ação humana e em constante mudança. Talvez com isso pode-se afirmar que o desenvolvimento deve ser pensado nas perspectivas diferentes, em última instancia o desenvolvimento sustentável.

Contudo, entende-se que a sociedade é uma das peças chave para atender as políticas ambientais, sobretudo o desenvolvimento sustentável. A colaboração do Estado ou das entidades responsáveis pela execução dessas políticas com as populações são cruciais para a tomada das decisões que possam contribuir para a efetivação do desenvolvimento sustentável.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7.1 MÉTODOS DE PESQUISA

Considerando o objetivo geral da pesquisa compreender a atuação do Estado guineense na problemática do meio ambiente com foco no IBAP, propomos trabalhar com o método de pesquisa qualitativa de caráter exploratória. No tocante ao tipo de investigação, trabalharemos com a exploratória para a realização desta pesquisa. Segundo Gil "as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2010, p.27.).

Assim, entendemos necessário definirmos o método escolhido para nos situar melhor.

A pesquisa qualitativa é meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, as análises dos dados indutivamente construídas a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação (CRESWELL, 2010, p.26).

A abordagem de Creswell (2010), nos mostra as especificidades do método qualitativo, e ficou evidente que este método se enquadra com a pesquisa que pretendemos levar ao cabo.

As vias que o presente projeto de pesquisa almeja seguir classifica-o como qualitativa, considerando as características do trabalho a ser feito, seus aspectos condicionam obrigatoriamente um estudo profundo capaz de identificar e apresentar ao mesmo tempo os dados documentados, através dos relatórios e estudos reconhecidos pelo IBAP, ONGs e demais agências nacionais e internacionais ligadas ao meio ambiente.

7.2 DESCRIÇÕES DA PESQUISA

No que diz respeito a técnicas de coletas de dados, a realização desta pesquisa recorrer-se-á ao pesquisa bibliográfica dos estudos feitos em diversas áreas ambientais, os trabalhos de vários autores que antecederam este estudo, livros, artigos, revistas, monografias, blogs, trabalhos disponíveis nas bibliotecas e sites da internet, buscando algo sobre meio ambiente e as suas controvérsias .

A pesquisa bibliográfica se torna relevante para a realização deste projeto. Gil (1999, p. 50) entende que na pesquisa bibliográfica “[...] as contribuições dos diversos autores sobre determinados assuntos que já foram estudados, analisados, e publicados por meios impressos e eletrônicos” são indispensáveis para elaboração de outros trabalhos do mesmo cunho. O mesmo reforça ainda que:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007 *apud* GEHRARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Durante a análise e organização dos documentos da pesquisa, serão consideradas prioritariamente os textos e quaisquer documentos ligados ao foco do trabalho que é o IBAP da Guiné-Bissau, sobretudo as matérias que focam no meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que, posteriormente pretendemos realizar uma pesquisa de campo na Guiné-Bissau, particularmente no IBAP e no ministério que tutela a pasta de meio ambiente, que é o Ministério de Ambiente e Recursos Humanos da Guiné-Bissau.

Para Lakatos (2010)

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações/ou conhecimentos acerca de problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS, 2010, p.169).

A pesquisa de campo que pretendemos realizar será feita através de análise documental.

Segundo (CAULLEY apud LÜDKE e ANDRE, 1986:38) citado por (SÁ-SILVA et al, 2009, p.3), “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”.

Por outro lado, (HELDER, 2006:1-2, apud SÁ-SILVA et al, 2009, p.3), “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”.

Através de análise documental pretende-se nesta pesquisa debruçar sobre a política ambiental guineense a partir do Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP) ONGs e outros órgãos do governo guineense analisando os relatórios anuais e outros documentos disponíveis. Para podermos entender como o tema de meio ambiente e desenvolvimento sustentável aparece nos documentos não oficiais e também oficiais do Estado guineense, assim como, as convenções internacionais, para assim enquadrar o arcabouço legal da questão do meio ambiente na Guiné-Bissau.

8 CRONOGRAMA 2019-2020

Atividades	1 SEMESTRE	2 SEMESTRE	3 SEMESTRE	4 SEMESTRE
Revisão bibliográfica	X	X	X	X
Coleta de dados		X	X	X
Análise dos dados e Leitura		X	X	X
Execução da pesquisa			X	X
Redação do projeto			X	X
Revisão e correção			X	X
Redação e análise final do material coletado			X	X
Entrega e apresentação do trabalho			X	X

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Gisele Silva. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. In: Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.
- BARROS, Miguel. **Guiné Bissau e a gestão comunitária de florestas como oposição às pilhagens público-privadas de recursos naturais**. *Correio da Cidadania*, Brasil, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/12/21/guine-bissau-e-a-gestao-comunitaria-de-florestas-como-oposicao-as-pilhagens-publico-privadas-de-recursos-naturais/> Acesso em: 03 de agosto de 2019.
- CRESWELL, John w. **Projeto de pesquisa, métodos, qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GEHRARDT Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos da pesquisa**: Ed Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HENRIQUES, Liliana. Abate florestal continua na Guiné-Bissau apesar de moratória, diz relatório. **As vozes do mundo**, Guiné Bissau, 30 de junho de 2017. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20170530-abate-florestal-continua-na-guine-bissau-apesar-de-moratoria-diz-relatorio> Acesso em: 02 de agosto de 2019.
- INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS – IBAP. Site. Disponível em: <https://ibapgbissau.org/> acessado em: 13 mai. 2019.
- HENRIQUES, Liliana. Abate florestal continua na Guiné-Bissau apesar de moratória, diz relatório. **As vozes do mundo**, Guiné Bissau, 30 de junho de 2017. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20170530-abate-florestal-continua-na-guine-bissau-apesar-de-moratoria-diz-relatorio> Acesso em: 03 de agosto de 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamento da Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUINÉ-BISSAU. **LEI DE BASE DE AMBIENTE**. Republica da Guiné-Bissau. Boletim Oficial nº 9, 2 de março de 2011.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, 2005, **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**, Rio de Janeiro, Elsevier Editora.
- ONG GAECA Palmeirinha. **PALMEIRINHA – para uma melhor compreensão do nosso meio natural**. UE-PANEE: Guiné-Bissau, 2012.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa; BURIOL, Juarez. **Meio ambiente e gestão social**. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:u0JL4p1n3COJ:https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos04/161_161_A%2520QUESTAO%2520SOCIAL%2520DO%2520MEIO%2520AMBIENTE2.doc+&cd=4&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br Acesso em: 23 de abr. 2019.

RODRIGUES, Zoraide Soares; SOUZA, Rosiane Cleide de. **“Questão social” e meio ambiente**. In: 4º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, Tema central: política sociais na América Latina, UNIOESTE: Cascavel, p. 1-15, 2009.

SÁ-SILVA, JR; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, p. 1-15, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DO TURISMO. **Cimeira mundial sobre desenvolvimento sustentável. Relatório nacional**. Bissau, 2012.

PEREIRA, Mateus Gomes; DONATO, Manuella. **A inserção do Sul Global no debate ambiental: uma análise a partir do relatório de Founex**. *RICRI* Vol 2, No. 3, pp. 70-86.

PESSÔA, Março. Desmatamento ilegal na Guiné-Bissau é milionário. **DW África**, Guiné-Bissau 09 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/desmatamento-ilegal-na-guin%C3%A9-bissau-%C3%A9-mil%C3%A7%C3%B5es-de-%C3%A9rvores/a-17626155> Acesso em: 03 de agosto de 2019.